

Livros

***Nationbuilding in East Timor* - Uma experiência Única**

Graça Almeida Rodrigues

O conceito de *nationbuilding*, como conceito pragmático, iniciou-se com Timor-Leste. Se os timorenses enfrentam o desafio de construir, a partir do zero, as suas próprias instituições, das Forças Armadas à polícia, passando pelo sistema político e judicial, a sua experiência poderá também ajudar a perceber o que é, e como se constitui, uma nação.

“Today’s human rights violations are the causes of tomorrow’s conflicts.” Mary Robinson, Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Oxford, 1997

A independência de Timor-Leste trás à cena da política internacional um debate que ultrapassa as fronteiras do pequeno território do Sudeste Asiático. *Nationbuilding in East Timor* procura lançar este debate, tomando Timor-Leste como um primeiro exemplo do que implica a construção de um Estado e de uma nação.

O conceito de *nationbuilding*, como conceito pragmático, iniciou-se com Timor-Leste. Timor-Leste nunca tinha construído as suas próprias instituições de Estado moderno. É agora, e pela primeira vez, que os timorenses enfrentam o desafio de construir, a partir do zero, as suas próprias instituições: as forças armadas, a polícia, o sistema político, judicial, legislativo, económico, educacional ou de saúde.

Põe-se a questão fundamental do que constitui uma nação. Baseia-se o Direito Internacional na soberania dos Estados-nação, fundamento da Carta das Nações Unidas. A correspondência entre o que constitui um Estado-nação e o conceito que Benedict Anderson formulou como “comunidade imaginária” deveria ser evidente. Mas longe disso. No conjunto das 200 nações que formam a Assembleia Geral das Nações Unidas, a grande maioria dos Estados-nação não foram imaginados pelos próprios nacionais mas sim imaginados e definidos pelas grandes potências, na altura da divisão dos espólios após renhidos combates militares ou mais amenas negociações diplomáticas. Conta Churchill nas suas memórias o seguinte encontro com Estaline: “O nosso primeiro encontro no Kremlin teve lugar uma noite pelas 10 horas[...] O momento era propício

para a negociação. E eu disse: ‘Temos que concluir a nossa discussão sobre os Balcãs. [...] Que me diz se ficarem com 90% da supremacia na Roménia, nós com 90% da Grécia e dividirmos a 50% a Jugoslávia?’ Depois de Estaline ter posto um visto com lápis azul no papel que Churchill lhe apresentara, Churchill concluiu: “A questão não levou mais tempo a ser resolvida que o tempo que levou a apresentação da proposta” . As fronteiras, os agrupamentos das populações, foram definidos pelas grandes potências como a conversa entre Churchill e Estaline ilustra. A Segunda Guerra Mundial conferiu um novo mapa à Europa e Bretton Woods criou instituições que, na prática, vieram a definir os contextos político-económicos das nações. Os países que na segunda metade do século XX se auto-determinaram herdaram também fronteiras que os vários países coloniais lhes tinham conferido. São efectivamente Comunidades Imaginadas, mas por quem? e para quem?

Armando Marques Guedes, citando Garibaldi aquando da unificação da Itália, põe a questão com clareza e simplicidade: “Fizemos a Itália. Agora temos que fazer os italianos”. No caso de Timor inverte-se a equação: estão lá os timorenses é preciso agora construir a nação.

A problemática inerente a *nationbuilding* irá ocupar a política internacional nas próximas décadas. O Médio Oriente, a Irlanda do Norte, os vários Estados falhados do continente Africano, o Sudeste Asiático. É também neste contexto que a independência de Timor-Leste toma inequívoca relevância internacional. A questão “o que constitui uma nação?” é um dos temas fundamentais em *Nationbuilding in East Timor*.

Uma vez delineado o mapa do território, feito o censo da população, inaugurados os museus, desenhada a bandeira, composto o hino, como vão essas pessoas que aí habitam – porque é de pessoas que se trata – definir-se, agrupar-se, entender-se como nação?

Na crise internacional actual, a questão da auto-determinação e de *nationbuilding* torna-se inevitável como contribuição para o processo da paz mundial. Como formular práticas que contribuam para essa paz. que se apresenta tão ambicionada como falaz? Grande parte dos ensaios recolhidos neste livro aponta para a importância do respeito pelos direitos humanos nas práticas a adoptar. Apontarei aqui dois que apelam à necessidade premente de desenvolvimento económico local e *capacity building* a par da segurança militar.

Arnold Kohen , biógrafo do Bispo Ximenez Belo, e empenhado em resolver a situação de Timor-Leste desde os anos 70, aponta para a necessidade da visibilidade e apoio internacional – visibilidade que é sempre precária dado que os media procuram transmitir as notícias da hora. A cobertura televisiva do massacre de Santa Cruz deu, pela primeira vez, verdadeira visibilidade à tragédia de Timor. Estava esta visibilidade a esmorecer quando foi reactivada pela notícia do Prémio Nobel outorgado ao Bispo X. Belo e a Ramos Horta. Mas, como insiste Kohen, o apoio internacional deve ser consistente, dado que a segurança de Timor-Leste é precária devido a uma fronteira instável com Timor Ocidental e a sua posição junto a um país – a quarta potência militar do mundo – em que nem todos os militares estão ainda resignados à perda de Timor-Leste.

Esta ajuda militar terá de ser acompanhada com o mesmo empenhamento por *capacity building*, o desenvolvimento de instituições, recursos humanos, e tecnologias de aprendizagem e comunicação, tornando os próprios timorenses capazes de sustentar economicamente e gerir o modo de sociedade que escolherem. Mas atenção, refere Kohen, a lição que os timorenses deram à comunidade internacional tem o que ele qualifica de proporções bíblicas: “Como foi possível a um povo com menos de um milhão de habitantes conseguir resistir à agressão dum inimigo 200 vezes superior em número, durante 25 anos, e com enormes carências de alimento, água, abrigo, assistência medicamentosa ou meios de defesa, e na maior parte isolado do mundo exterior?” O investimento internacional é um problema crucial de momento e que continuará a ser crucial num futuro previsível. Com gente deste calibre temos que nos certificar que os valores timorenses dominam a estratégia do desenvolvimento e a política das instituições supranacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que negociam as estratégias político-económicas. Em primeira análise, é preciso dar a voz aos timorenses na construção do seu próprio país.

Jacqueline Woodman prossegue o argumento de *capacity building* na vertente da política económica. Concordando que a segurança é, sem dúvida e a curto prazo, o mais importante problema a resolver numa situação de pós-conflito, Woodman aponta também como essencial que sejam escolhidas as melhores práticas económicas de desenvolvimento como parte essencial das medidas iniciais de reconstrução. Um processo acelerado de integração no mercado internacional poderá não ser a melhor

fórmula, alerta Woodman, uma vez que Timor não dispõe duma infraestrutura que proporcione grande mais valia ao investimento estrangeiro.

O neoliberalismo económico e a dependência no comércio e investimento estrangeiros não têm provado ser um sucesso incontestável para os países em desenvolvimento. Woodman aponta as vantagens do desenvolvimento local, menos dependente de investimento estrangeiro directo, mais protegido das turbulências do mercado competitivo internacional. É que a liberdade, recorda Woodman, não consiste só na ausência de violência; é igualmente essencial a ausência da fome.

O Prémio Nobel da Paz atribuído este ano a Jimmy Carter é significativo também no contexto de *Nationbuilding* e dos ensaios que o livro recolhe. No website do Carter Centre, lêem-se as seguintes palavras de Carter: “O meu conceito de direitos humanos tem crescido para incluir não apenas os direitos de viver em paz, mas também o direito à saúde, à habitação, ao alimento e às oportunidades económicas. É meu desejo que este prémio reflecta a aceitação universal e até um compromisso com este conceito alargado”.

Em *Nationbuilding in East Timor* encontramos propostas práticas para a aplicação deste conceito alargado de direitos nas suas vertentes económicas, sociais e culturais.